

**EDcl no PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI
Nº 482 - RS (2017/0292480-3)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
ADVOGADO : LUCIANA BERBIGIER LUCAS E OUTRO(S) - RS075064
EMBARGADO : RENATA ROCHA KIELING
ADVOGADO : RAFAEL TORRES DOS SANTOS - RS046044

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE contra decisão de minha lavra, assim fundamentada (fls. 285/290):

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei apresentado pelo HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, contra o acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência – TNU, assim ementado (fl. 6):

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA. AUXÍLIO-MORADIA E ALIMENTAÇÃO. INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. INDENIZAÇÃO. JUÍZO DE ADEQUAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE DESPESAS. DESNECESSIDADE. FIXAÇÃO DE VALOR RAZOÁVEL QUE ASSEGURE O RESULTADO PRÁTICO EQUIVALENTE. ARBITRAMENTO. DECISÃO DA TURMA RECURSAL DE ORIGEM EM CONFRONTO COM A DECISÃO DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. RETORNO À TURMA DE ORIGEM PARA FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO.

*Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge do "atual entendimento do STJ sobre a matéria [...] no sentido de que não há dever de pagamento de auxílio moradia aos médicos residentes" (fl. 14). Nesse sentido, aponta como paradigma a decisão monocrática proferida no **REsp 1.623.601/RS**, da lavra do em. Ministro HUMBERTO MARTINS.*

Nesse sentido, argumenta que (fls. 17/21):

[...]

Por fim, requer "a apreciação do presente recurso em decisão

Superior Tribunal de Justiça

colegiada da colenda Seção do Superior Tribunal de Justiça, a fim de que seja ele provido, com a consequente reforma da decisão que deu provimento ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência" (fl. 21).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Acerca do pedido de uniformização de interpretação de lei endereçado a este Superior Tribunal, eis o que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

[...]

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, **contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ**, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

Como se vê, nos termos do dispositivo legal em tela, "o incidente de interpretação de lei dirigido ao STJ somente é cabível nas hipóteses em que a decisão colegiada examina questões de direito material, a qual esteja em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (**AgInt no PUIL 1.131/MT**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 23/08/2019).

Sucedede que, no caso concreto, a parte requerente limitou-se a indicar como paradigma uma decisão monocrática, o que, contudo, não tem o condão de demonstrar que o acórdão recorrido seria contrário à jurisprudência dominante desta Corte.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO DA TNU. INEXISTÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.

1. O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização - TNU que tenha analisado o direito material. Na hipótese, o incidente foi ajuizado contra decisão monocrática do Presidente da TNU que negou provimento ao agravo, sob o fundamento de que "a parte requerente não trouxe a cotejo nenhum aresto paradigma da jurisprudência dominante ou enunciado de Súmula do STJ".

2. Portanto, não há como conhecer do pedido de uniformização apresentado contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg na Pet 10.463/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 02/06/2014)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do pedido de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ.

Sustenta a parte embargante que (fl. 285):

A decisão não conheceu do pedido de uniformização porque a petição estaria embasada em apenas uma decisão monocrática paradigma. Entretanto, apesar da menção a apenas um precedente, existem diversos outros, o que é facilmente percebido através de simples consulta à jurisprudência da Corte.

Por fim, requer o acolhimento de seus declaratórios.

Sem impugnação (fl. 294).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação da parte embargante não prospera.

De acordo com o estatuído no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão atacado.

Sucedo que, no caso concreto, sob o subterfúgio de apontar a existência de omissão na decisão atacada, pretende a parte embargante que seja ultrapassado o óbice apontado ao conhecimento do feito, de modo que seja apreciado o mérito da controvérsia.

Com efeito, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do acórdão embargado, traduzem, na verdade, o inconformismo da parte com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. NAUFRÁGIO DO BATEAU MOUCHE IV. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA EM R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) PARA CADA PARTE AUTORA. VALOR QUE NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE, DEVENDO SER MANTIDO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS PARTICULARES REJEITADOS.

1. O art. 1.022 do Código Fux é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, o que não se constata no caso em apreço.

2. Impõe-se a rejeição dos Embargos de Declaração quando inexistente omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

3. Embargos de Declaração dos Particulares rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1.107.094/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/09/2019)

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator